



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4930

**Presidente da Mesa Diretora:** Tarcísio Iran Rêgo

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Não votado ou não tramitado

**Autoria:** Antônio Soares Silva

**Data:** 31/08/1999

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI S/Nº/99. (NÃO VOTADO). Revoga a Lei nº 2.122, de 06/07/1993, que dispõe o Programa Municipal da Adoção de Praças Públicas por Empresas Privadas.

**Controle Interno – Caixa:** 26

**Posição:** 70

**Número de folhas:** 04

---

Espécie: PL  
Categoria: não votado, não tramitado  
Nº: 26  
Ordem: 71  
nº fls: 02



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/99

AUTOR:

VEREADOR ANTÔNIO SOARES SILVA

ASSUNTO:

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 2.122, DE 06 DE JUNHO DE  
1993.

### MOVIMENTO

- 1 - ENTRADA EM 31/08/99
- 2 - À COM. LEG. JUSTIÇA
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

Caixa 113





# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## PROJETO DE LEI

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 2.122, DE 06 DE JULHO DE 1993.

O povo do Município de Montes Claros, através de seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica revogada a lei municipal nº 2.122, 06 de Julho de 1993, que cria o programa municipal de adoção de praças públicas por empresas privadas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor em data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 31 de Agosto 1999.

TONINHO GUERREIRO  
Vereador  
P. P. S.

**Toninho Guerreiro**  
VEREADOR

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
ESTADÍSTICA  
EM 02 DE SETEMBRO DE 19 99  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## JUSTIFICATIVA

A lei municipal nº 2.122, de 06 de Julho de 1993, e de suma importância para o Município, mas a regulamentação da mesma pelo Decreto nº 1.374, de 19 de Agosto de 1993, contraria os dispositivos contidos na referida lei, no seu art. 1º dispõe:

Art. 1º - Fica criado o programa municipal de adoção de praças públicas por empresas privadas, enquanto que o referido decreto é omissivo e, estabelece normas para adoção de áreas verdes, ferindo mortalmente o texto do art. 1º da referida lei.

Sala das Sessões, 31 de Agosto de 1999.

TONINHO GUERREIRO

Vereador

P. P. S.

*Toninho Guerreiro*  
VEREADOR